



ANO 15 Nº 11
Novembro de 2006

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Como desatar o nó do investimento público

É consenso entre os economistas que a explicação para o baixo crescimento econômico verificado no País passa pela reduzida taxa de investimento, relativamente estável em torno de 20,0% do PIB, durante os últimos anos. Crescer acima de 5% ao ano significa aumentar essa parcela para, pelo menos, 25,0%. Essa baixa taxa encontra respaldo no minguado investimento público, ainda o grande responsável pelas obras de infra-estrutura básica, que agem sobre gargalos energéticos e logísticos e puxam o gasto privado. A tabela mostra que o investimento público do Governo Federal passou de uma média de 0,95% do PIB em 2001-02 para a de 0,51% nos últimos três anos cheios.

O aumento da carga tributária em anos recentes não tem significado maiores gastos em investimentos por parte da União, antes, pelo contrário. A análise dos dados recentes mostra que o investimento público foi pressionado pelo aumento dos gastos correntes e do superávit primário. No período analisado, as despesas correntes aumentaram sua participação para 17,7% do PIB, influenciadas decisivamente pelos aumentos dos gastos com previdência e programas sociais. Por outro lado, o superávit primário, que é a poupança que o Governo faz para pagar os juros da dívida (ou parte), aumentou de 1,81% do PIB em 2001 para 2,73% em 2005. Ou seja, maiores gastos com previdência, programas sociais e pagamento de juros induziram o aumento da carga tributária e a redução dos investimentos públicos.

Entre os economistas, predominam duas propostas para fazer o investimento público aumentar, que se diferenciam entre si a partir do diagnóstico distinto que têm sobre a origem do problema. A primeira enxerga no aumento dos gastos correntes o vilão. Portanto, é necessário que o crescimento dos gastos sociais e da previdência aumente a um ritmo menor do que o crescimento do PIB nominal. A meta é atingir um déficit nominal zero, forçando a taxa de juros para baixo. A redução dos pagamentos de juros, num segundo momento, liberaria recursos para o aumento dos investimentos e permitiria a diminuição da carga tributária. Deixando de lado obstáculos de ordem política, a crítica econômica que poderia ser feita a essa proposta é a de que ela ignora os efeitos que uma redução dos gastos teria sobre a demanda agregada e, conseqüentemente, sobre o crescimento econômico, objetivo último das medidas.

Uma visão alternativa afirma que a associação entre gastos correntes e alta taxa de juros, defendida pela proposta anterior, não é tão estreita. Para esses economistas, o que explica o reduzido investimento público é a elevada poupança que o Governo faz para pagar os juros da dívida. Portanto, a taxa de juros — alta em função de uma política monetária restritiva — deveria ser reduzida de forma mais acelerada, liberando recursos para o investimento público via diminuição do superávit primário. O impacto positivo sobre o crescimento econômico faria a arrecadação tributária aumentar, financiando os gastos correntes e, até mesmo, provocando uma redução da carga tributária. A implantação dessa proposta, entretanto, passa por uma alteração na própria concepção da política econômica atual.

Parece que o mais correto seria atacar, ao mesmo tempo, tanto o gasto corrente quanto o gasto com juros, reforçando o efeito que cada redução teria sobre a outra. Assim, o Governo obteria mais recursos para investir, aumentando as condições para o crescimento sustentado.

Decomposição do gasto primário do Governo
Federal — 2001-05

ANOS	(% do PIB)		
	GASTO CORRENTE	INVESTIMENTOS	SUPERÁVIT
2001	16,10	0,90	1,81
2002	16,70	1,01	2,36
2003	16,30	0,49	2,52
2004	16,60	0,44	2,79
2005	17,70	0,60	2,73

FONTE: Siafi.
STN.

Martinho Roberto Lazzari (FEE/CEES)

Energia: recursos renováveis versus não renováveis

A submissão das lideranças mundiais, nacionais e regionais no trato das questões energéticas, ao priorizar o crescimento econômico sem considerar adequadamente as externalidades ambientais, levará o planeta a um conflito, cujos efeitos, embora previsíveis, ainda não foram experimentados. Tudo isso em meio a uma geopolítica tensa e explosiva, que beneficia, principalmente, poderosos interesses bélicos e petrolíferos.

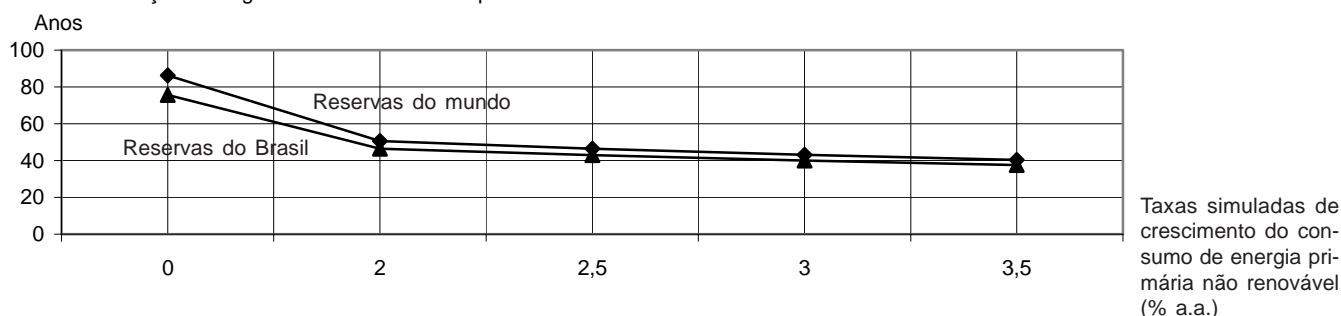
Após a II Guerra Mundial, o petróleo tem marcado o estilo de sociedade, cujas reservas entrarão em declínio acentuado a partir de 2012. A questão é: como se preparar para a transição?

Se a transição para a era pós-petróleo for marcada pela predominância de recursos não renováveis tomados em con-

junto, estes, além de manterem o mesmo estilo referido, se esgotarão em cerca de 50 anos para o mundo e em 38 anos para o Brasil, dadas as taxas históricas de crescimento do consumo de 2,0% a.a. e 3,3% a.a. respectivamente (ver gráfico).

Por outro lado, adicionar à energia hídrica outras energias renováveis, como a solar, a eólica e, moderadamente, a bioenergia, no que se convencionou chamar de cenário ecológico, implicaria uma mudança completa de como a sociedade vê a si mesma, desconcentrando rapidamente a oferta da energia, privilegiando o desenvolvimento e os aspectos regionais e socioambientais e propiciando uma intensa pesquisa em diversos segmentos afins à questão.

Simulação do esgotamento das reservas provadas dos recursos não renováveis no mundo e no Brasil



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Statistical Review of World Energy, 2006.

<http://www.worldenergy.org/wec-geis/publications/reports/ser/uranium/uranium.asp>

<http://www.uic.com.au/nip75.htm>

NOTA: 1. As reservas provadas de não renováveis referem-se a 2005 para o Brasil e o mundo, incluindo petróleo, gás natural, carvão e urânio, tomados em conjunto e medidos em tEP.

2. 1 tEP = 10.850.000Kcal.

3. As taxas históricas do consumo de não renováveis, em 1990-05, são: para o mundo, 2,0% a.a. e, para o Brasil, 3,3% a.a.

Jaques Alberto Bensussan (FEE/CEES)

Participação das mulheres nas câmaras municipais do Rio Grande do Sul

A participação feminina nas câmaras municipais do Rio Grande do Sul, entre 1992 e 2004, passou por um acréscimo significativo, em que pese o predomínio masculino. A proporção de mulheres eleitas em relação ao total de vereadores homens e mulheres eleitos, em 1992, foi de 5%. Em 2004, essa proporção havia passado para 12%. Enquanto o acréscimo de vereadores homens eleitos entre 1992 e 2004 foi de 17,3%, o de mulheres foi de 201,1%. O número de vereadoras provavelmente teria sido maior, se não houvesse entrado em vigor, nas eleições de 2004, resoluções do Tribunal Superior Eleitoral que fixaram o número de vereadores eleitos por municípios conforme sua população. Essas medidas reduziram em 269 o número de vereadores eleitos em 2004, em comparação com o pleito de 2000.

Em que pese certa abertura e incentivo no sentido de maior participação das mulheres na vida política-partidária, como estabelece a lei de cotas, essa participação está muito aquém do seu contingente populacional, como revelam também dados do último pleito sobre a participação feminina na

Assembléia gaúcha, onde há apenas cinco deputadas em um total de 55 representantes, ou na Câmara Federal, onde foram eleitas, recentemente, somente 46 deputadas em um total de 513 representantes.

Total de vereadores eleitos e percentual de mulheres eleitas no Rio Grande do Sul — 1992-04

ANOS E VARIACÃO	TOTAL DE VEREADORES	HOMENS	MULHERES	% DE MULHERES
1992	3 622	3 439	183	5,1
1996	4 489	4 096	393	8,8
2000	4 853	4 345	508	10,5
2004	4 584	4 033	551	12,0
Δ% 1992-04	26,6	17,3	201,1	-

FONTE: TER-RS.
FEE/NIS.

Carlos Roberto Winckler (FEE/NIS)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta de Conjuntura FEE

Carta de Conjuntura - Ano 15 nº 11

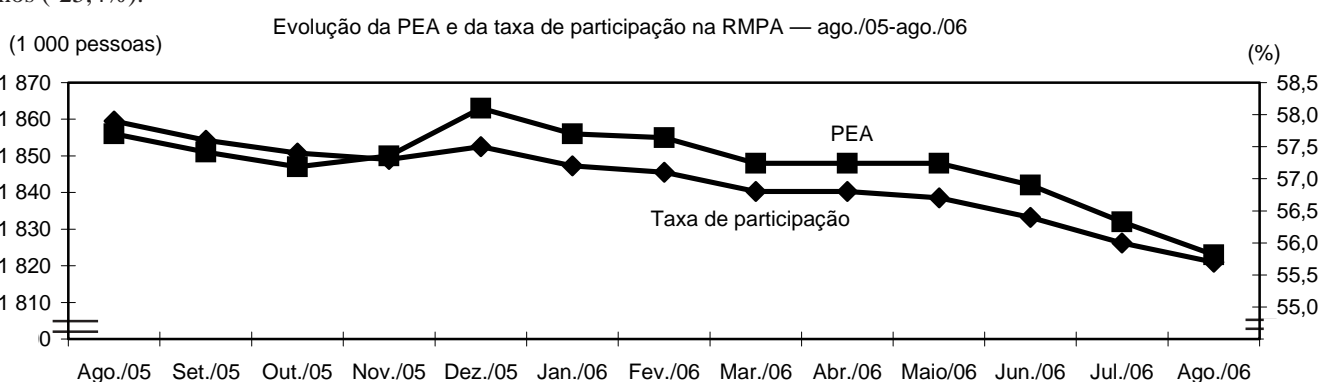
Queda da força de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre

No período ago./05-ago./06, observa-se, através dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), uma tendência clara de declínio da População Economicamente Ativa (PEA) e da taxa de participação — percentual da PEA em relação à respectiva População em Idade Ativa (PIA) —, o que estaria revelando um movimento de retração da oferta de trabalho.

Analisando a evolução da taxa de participação segundo sexo e idade, constata-se uma queda tanto entre os homens (-3,4%) quanto entre as mulheres (-4,0%).

Quanto às faixas etárias, percebe-se que são os mais velhos e os mais novos os que estariam pressionando menos o mercado de trabalho. Isto é, as quedas mais intensas na taxa de participação ocorreram entre os indivíduos de 40 anos e mais (-4,8%) e de 50 anos e mais (-5,7%). Entre os jovens, o maior declínio observado deu-se na faixa etária de 10 a 17 anos (-25,4%).

Esse decréscimo na PEA está, provavelmente, vinculado à dificuldade para a ampliação do mercado regional, bem como à maior seletividade desse mercado, que privilegia a demanda de trabalhadores com melhor nível de escolaridade. O primeiro fator manifesta-se na retração do nível ocupacional, entre ago./05 e ago./06, de 1,6%. No que diz respeito à seletividade, podem ocorrer mudanças ao longo do espectro etário. Nas faixas mais altas de idade, onde há maior incidência de indivíduos com baixa escolaridade, a atividade laboral dos homens cai por falta de oportunidades, o que acaba forçando sua transição para a inatividade. Já os mais jovens tendem a adiar seu ingresso no mercado de trabalho, com o objetivo de adquirir maior nível de educação formal, visando aumentar suas chances de empregabilidade no futuro.



FONTE: PED-RMPA.

Alejandro Kuajara Arandia (FEE/CPED)

Adesão da Venezuela ao Mercosul

Com a entrada da Venezuela no Mercosul, em julho de 2006, ficou estabelecido que a liberalização comercial intrabloco ocorrerá de forma gradual, embora, nas negociações com terceiros países, deva ocorrer incorporação imediata da Venezuela ao bloco, com direito a voto.

A adesão da Venezuela ao Mercosul pode apresentar vantagens aos demais membros pela ampliação do mercado, por ser importante fonte energética, por dispor de recursos financeiros para serem aplicados na região e pelo aumento do poder de barganha do bloco nas negociações com países extrazona, dentre outros.

No período de jan.-set./06, em relação aos nove meses do ano anterior, verifica-se que as importações provenientes da Venezuela cresceram mais do que as exportações, tanto

em nível nacional como estadual. Enquanto a Venezuela vende ao Brasil e ao Estado principalmente matérias-primas, como combustíveis, uréia e enxofre, nas exportações brasileiras para a Venezuela prevalecem os produtos manufaturados, como terminais portáteis de telefonia celular, automóveis, tratores e suas partes, além de carnes de aves e de carnes preparadas. Já do RS, são vendidos, particularmente, tratores, ônibus e suas partes, máquinas agrícolas e carnes de aves.

O elevado incremento do intercâmbio comercial Brasil-Venezuela, em especial nos dois últimos anos, animou alguns empresários de ambos os países. Contudo existe um certo receio pelo acréscimo da concorrência nos países menores do bloco e, especialmente, no andamento das negociações externas do Mercosul.

Importações e exportações para a Venezuela do Brasil e do RS — jan.-set./05-jan.-set./06

PERÍODOS E ANOS	BRASIL				RIO GRANDE DO SUL			
	Exportações		Importações		Exportações		Importações	
	Valor (US\$ 1 000)	Taxa de crescimento (%) (1)	Valor (US\$ 1 000)	Taxa de crescimento (%) (1)	Valor (US\$ 1 000)	Taxa de crescimento (%) (1)	Valor (US\$ 1 000)	Taxa de crescimento (%) (1)
Jan.-set./05	1 602 577	62,3	202 759	68,7	118 873	-11,1	23 560	334,0
Jan.-set./06	2 544 671	58,8	504 602	148,9	148 722	25,1	34 023	44,4

FONTE: MDIC/Secex.

(1) Taxa de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior.

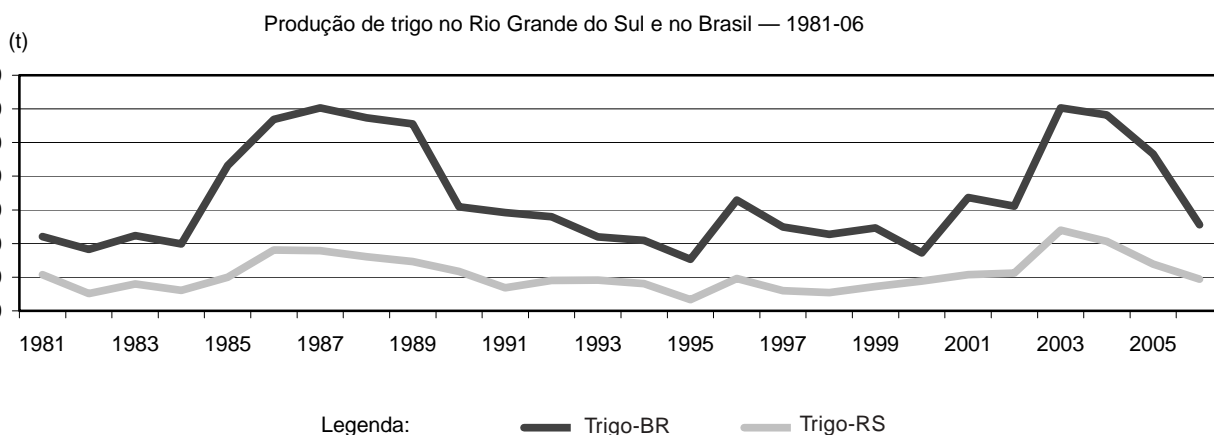
Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/CEES)

Produção de trigo no Brasil: longe da estabilidade

O Brasil, que havia chegado perto da auto-suficiência na produção de trigo, na década de 80 — em 1987, foram colhidas no País mais de 6 milhões de toneladas —, tem assistido, desde lá, a bruscas e significativas variações do volume produzido. Os dois últimos anos daquela década já apresentavam queda na produção, mas foi com a abertura da economia no Governo Collor, com o setor passando a enfrentar a concorrência internacional, e com a retirada dos subsídios à produção nacional de trigo nesse mesmo governo, que ocorreram as maiores quedas no volume produzido. A importação de trigo de qualidade superior e a preços menores do que o nacional foi um dos fatores que desencadearam o movimento de redução da produção no Brasil. A cultura apresentou queda de produção até 1995, quando atingiu seu menor volume — 1,5 milhão de toneladas. A desvalorização cambial de 1999, que poderia ter revertido a curva descendente da produção nacional através da inibição das importações, teve efeito reduzido, já que ocorreu em um período de retração dos preços internacionais. Foi assim que a produção brasileira de trigo se manteve no patamar de 2 a 3 milhões de toneladas anuais até os primeiros anos da década atual. Somente em 2003, num cenário externo de preços em alta, houve incentivo à produção do grão, assim como para toda a produção agrícola brasileira. A alta dos preços no mercado internacional deu novo fôlego à cultura, que atingiu novamente, nessa safra, uma

produção de 6 milhões de toneladas, repetindo, em 2004, volume semelhante — 5,8 milhões de toneladas. No entanto, a safra de 2005, 20% menor do que a de 2004, foi reflexo da valorização da moeda brasileira, e as previsões para 2006 sinalizam nova queda — as estimativas indicam uma redução de 45% em relação ao total produzido no País, em 2005.

Apesar de a produção de trigo do Rio Grande do Sul ter demonstrado uma instabilidade maior que a nacional em função de problemas climáticos, ela tem acompanhado, *grossomodo*, a tendência nacional. O trigo gaúcho manteve, na década de 80, uma participação em torno de 30% do total produzido no País, aumentando essa participação no início dos anos 90, chegando, em 1993, a ser responsável por uma produção de quase 42% do total. Em 1994, apresentou um pequeno recuo, com uma participação instável até 1999. A partir daí, a produção gaúcha apresenta um crescimento consistente, atingindo, em 2003, o ápice em termos de volume. Desde lá, alinhando-se com os movimentos ocorridos na produção nacional, mantendo, em linhas gerais, a mesma participação na produção total. No entanto, em 2005, a queda na produção gaúcha de trigo foi superior à nacional — o volume produzido no Estado, em 2005, foi 33% menor do que o obtido em 2004. As previsões para 2006 indicam uma redução semelhante à anterior — 32% a menos do que o colhido em 2005.



FONTE: IBGE/PAM — 1981 a 2004.
 IBGE/LSPA — 2005 e 2006.

Vivian Fürstenau (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.10.06).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 800 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
 Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Antonio Carlos C. Fraquelli
 Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia
 Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grando e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
 CEP 90010-283
 E-mail: conjuntura@fee.tche.br
 www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.